

Coluna do Castello

Instável também a base da oposição

A instabilidade da base parlamentar da oposição nada fica a desejar se confrontada com a da base governista. Nos dois principais partidos de definição oposicionista, o PMDB e o PSDB, cujas bancadas somam 159 deputados, mais da metade, 82 deputados, se declara independente ou favorável à política oficial. Entre pemedebistas a evasão é maior, pois dos 112 representantes desse partido 56 declaram-se independentes, 13 governistas e apenas 43 são fiéis à recomendação da direção nacional para se opor à política de Collor. Entre tucanos há 4 governistas e 9 independentes.

Esse levantamento foi feito por fontes do governo e foi fornecido à Análise Mensal GPL, que os utilizou para analisar a votação na qual foi rejeitada a Medida Provisória 296. Góes, Piquet & Lobo concluíram que a crise política é autônoma mas poderá refletir-se sobre a situação da economia. Os dados, porém, oferecem também outras indicações, principalmente no que se refere à própria natureza e coesão do sistema partidário. Em dois outros partidos governistas, o PTB e o PDC, os sinais de instabilidade são grandes. No primeiro só 16 são governistas, 4 são da oposição e 16 se dizem independentes. No segundo, 12 são governistas, 2 oposicionistas e 6 independentes.

Ressalta desses dados o caráter circunstancial de tais agremiações, que se limitam a reunir numa só legenda interesses diversos, às vezes conflitantes. Não há compromisso de doutrina ou de programa ou de política a impor-se sobre os interesses de grupos e pes-



soas que os compõem. O governo, como se sabe, não tem apoio consistente no Congresso, a começar pelo fato de que dos 125 representantes dos partidos que

lhe dão apoio formal 13 se declaram independentes e número maior tem votado contra o compromisso do bloco PFL-PRN-PSC-PMN-PST. Mas no todo pode-se desde logo concluir que é igualmente precária a base na qual procura se apoiar o ex-governador Orestes Quêrcia para tocar sua candidatura presidencial de 1994.

Os partidos carecem de unidade, doutrina e comando. E isso será sem dúvida decorrência do sistema proporcional de representação aliado à falta de nitidez dos grupos que lutam pelo poder ou nele se estabelecem. Não bastará o voto distrital para modificar essa situação. Na Itália, por exemplo, o voto é distrital mas a representação é proporcional. Na França os excessos da proporcionalidade foram corrigidos pela *ballotage*, ou seja, o segundo turno universal para todos os pleitos. Na Alemanha, o distrital misto, associado a cotas-base de representação institucional, estabiliza a maioria sem quebra da representação proporcional, tida pelos doutores como uma feição moderna do instituto.

Itália e Brasil, vítimas da instabilidade sob sistemas de governo diferentes, a primeira parlamentarista e o segundo presidencialista, estão lutando para mudar o sistema. Tudo bem, contanto que mudem também o processo de votação e adotem uma correção qualquer ao princípio da representação proporcional.